



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Aspectos da modernização do ensino superior: as orientações do Estado para a implantação da pós-graduação no Brasil.			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Sérgio Rafael Barbosa da Silva	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Estudante
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Este trabalho tem o objetivo de relacionar aspectos de algumas medidas legais adotadas para a implantação dos cursos de pós-graduação na educação superior brasileira aos aspectos da ação do Estado brasileiro no período de implantação desse nível de formação. As medidas legais que serão objeto deste trabalho são: o Parecer nº 977/65, o Parecer nº 77/69, a Lei 5.540/68 e o primeiro Plano Nacional de Pós-graduação (I PNPG – 1975/1979). Escolhemos essas medidas porque nelas estão expressas os mecanismos legais que impulsionaram a implantação da pós-graduação no Brasil. O estudo dessas medidas será associado aos aspectos do contexto de mudanças sociais que aconteceram nas primeiras décadas do século XX, sobretudo, a relação entre as mudanças na produção material, e alguns de seus desdobramentos, naquilo que Florestan Fernandes (1981, 1975) denomina de <i>modernização</i> da sociedade brasileira. Entendemos que o processo de <i>modernização</i> supõe a composição de novas instituições sociais, principalmente, instituições científicas. Dessa forma, é importante, segundo Fernandes (1975, 1981), situarmos o contexto histórico no qual a discussão sobre a finalidade das instituições científicas e das universidades no Brasil sofreu influencia da visão de <i>modernização</i> do país. Segundo Cardoso (1978, 1996), o processo de <i>modernização</i> do Brasil, entre as décadas de 1930 e 1960, foi impulsionado pela elaboração de políticas estratégicas no seio do Estado, baseadas em uma ideologia, denominada pela autora de <i>ideologia do desenvolvimento</i>.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Ensino superior; pós-graduação; modernização			
ABSTRACT			
KEYWORDS			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, marxismo e o Estado			

Aspectos da modernização do ensino superior brasileiro: as orientações do Estado para a implantação da pós-graduação no Brasil

Para iniciarmos a discussão sobre a modernização do ensino superior brasileiro entre as décadas de 1930 e 1970, nos baseamos na contribuição de Florestan Fernandes no livro intitulado *Universidade brasileira: reforma ou revolução*. Nesse livro o autor faz uma análise do ensino superior brasileiro até a década de 1970. Em sua análise apresenta, dentre outros, o conceito de *padrão brasileiro de escola superior*, um padrão que identifica a passagem, através de reformas legais, como o Estatuto das Universidades Brasileiras decretado por Francisco Campos em 1931, do

ensino superior tradicional para a universidade conglomerada, incluindo as experiências acadêmicas da Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934 e da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935.

Segundo Fernandes (1975) o *padrão brasileiro de escola superior* teve o seu ápice entre as décadas de 1930 e 1960 e pode ser caracterizado como uma justaposição dos seguintes elementos: o funcionamento das faculdades, ou escolas superiores, isoladas; o funcionamento das universidades conglomeradas; e a maneira como a ideia de universidade foi interpretada no país. Neste cenário de justaposição afirma que a classe dominante no Brasil utilizou o ensino superior para manter o monopólio social do poder político e cultural; a universidade foi um local privilegiado para formar as elites dirigentes, e secundariamente, exerceu outras funções.

No entanto, críticas foram feitas ao modelo de ensino superior adotado pelo Brasil a partir da década de 1930. Essas críticas começaram a se intensificar com a atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE), da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e do movimento dos *Pioneiros da Educação Nova* (Fávero, 2006). Mas elas ganharam relevo quando os estudantes universitários nas décadas de 1940 e 1950, liderados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), perceberam que as críticas liberais dos setores mencionados anteriormente impulsionaram um processo de modernização e reforma da universidade brasileira sem, no entanto, conseguirem criar uma universidade que constituísse um *complexo sistema institucional* (FERNANDES, 1975). Para Fernandes,

A partir daí, ganhou relevo a concepção de que a universidade constitui um complexo sistema institucional, dotado de organização estrutural-funcional pluridiferenciada e de dinamismos de auto-crescimentos duplamente polarizados [...]. Não só a “função de ensinar” passava a ser concebida como uma função a ser desdobrada e diversificada, de modo a inserir-se o ensino pós-graduado entre as tarefas centrais da universidade (idem, p.160).

Neste contexto, o entendimento de que a universidade brasileira não era uma organização pluridiferenciada, como algumas universidades de alguns países da América Latina, da América do Norte e da Europa, levou os estudantes a afirmarem que a mudança da estrutura da universidade brasileira não mudaria sem uma mudança da estrutura social. A radicalização do movimento dos estudantes desencadeou um movimento pela reforma universitária. Esse movimento se insere no momento histórico em que o Brasil estava caminhando na direção de um processo de modernização de sua economia e a universidade era uma instituição da sociedade que necessitava ser modernizada.

Mas, acontecimentos políticos – a renúncia do presidente Jânio Quadros, a posse de João Goulart e, posteriormente, a tensão causada pelas discussões em torno das “reformas de base”. Reformas defendidas pelo presidente João Goulart – no início da década de 1960 contribuíram, não só, para a tomada do poder de Estado, em 1964, pelo golpe militar, retirando os estudantes da cena política e deixando o caminho aberto para que a reforma universitária fosse realizada segundo os moldes das forças conservadoras, bem como, contribuíram para que a mudança da estrutura social fosse associada ao processo de modernização do país, como se esse processo fosse sinônimo de mudança social (FERNANDES, 1975).

Em sua análise, Fernandes (1975) se detém nos fatores que antecederam a reforma universitária, concretizada na Lei nº 5.540/68, que o autor denomina de reforma universitária consentida. Contudo, apesar da crítica, reconhece que a referida lei possui avanços em relação ao *padrão universitário brasileiro* por tratar as universidades como *integradas e multifuncionais*.

A análise de Fernandes (1975), também, ajuda a entender o contexto político que orientou a execução da legislação educacional do ensino superior nos anos de 1960, especificamente, os Pareceres nº 977/65 e nº 77/69, da Câmara de Educação Superior (CES), do Conselho Federal de Educação (CFE).

Através da análise desses pareceres, é possível afirmar que eles se completam. O Parecer nº 977/65 possui a finalidade de definir a natureza da pós-graduação brasileira e o Parecer nº 77/69 estabelece as normas desse nível. De uma forma geral, eles procuram preencher uma lacuna no ensino superior brasileiro, ou seja, eles objetivam conseguir superar a falta de tradição que o país possui no ensino pós-graduado. Para superar essa falta de tradição era necessário “introduzir na universidade uma espécie de diversificação vertical com o escalonamento de níveis de estudo que vão desde o ciclo básico, à pós-graduação” (PARECER, 977/65, p. 164).

Neste contexto, somos levados a indagar como se explica o fato de a reforma universitária, defendida pelos estudantes, e de os Pareceres nº 977/65 e nº 77/69 e a Lei 5.540/68, elaborados pelas forças conservadoras, tal como afirma Fernandes (1975), afirmarem a necessidade de instituir uma verticalização na universidade brasileira. Segundo a análise de Miriam Limoeiro Cardoso¹ (1996, 2005), o próprio Florestan Fernandes responde essa questão ao elaborar a categoria de *capitalismo dependente*.

De acordo com Cardoso (1996, 2005), a categoria de *capitalismo dependente* permite compreendermos aquilo que ficou denominado como *modernização*. Essa categoria foi formulada

¹ Nesses trabalhos a autora realiza uma apresentação da contribuição teórica de Florestan Fernandes com destaque para a reconstrução do *objeto* das pesquisas desenvolvidas por ele até chegar ao conceito de capitalismo dependente.

quando Florestan Fernandes começa a afirmar que existem determinações históricas presentes na sociedade brasileira que estão além dos limites nacionais. Ao trabalhar com essa idéia, Florestan Fernandes desloca a perspectiva do *objeto* de sua análise, passando a trabalhar com a *totalidade* modo de produção capitalista.

Dessa forma, Fernandes, segundo Cardoso (2005), insere a sociedade nacional nessa *totalidade* denominada *civilização ocidental moderna* ou *capitalismo moderno*. Com essa nova referência para pensar a sociedade brasileira, Cardoso (2005) afirma que Florestan Fernandes, “[...] constrói um novo *problema* para a sua pesquisa: o da relação entre a sociedade brasileira e a expansão mundial do capitalismo” (idem, p. 10).

Nessa mudança de perspectiva, o que era tratado como nacional e internacional passa a ser tratado como elementos que fazem parte do *ordenamento capitalista do mundo* e da expansão dessa ordem. Agora, o fator principal da análise sociológica de Florestan Fernandes é: “[...] as influências estruturais e dinâmicas da ordem social global sobre a absorção e a expansão do capitalismo no Brasil” (Fernandes *apud* Cardoso, 2005, p. 10). Ao prosseguir na sua teorização, Florestan Fernandes constrói a caracterização da “*forma de integração* “das sociedades heteronômicas ou dependentes” aos “centros de dominância” da expansão econômica capitalista” (idem, p.11). Segundo Cardoso (2005), para Florestan Fernandes, o desenvolvimento capitalista, nas economias dependentes, assume uma *forma* específica e particular denominada *capitalismo dependente*, sendo essa *forma*, uma das formas que o desenvolvimento capitalista assume na fase monopolista:

Daí porque não cabe, pois, tomar diretamente para análise a relação entre um Estado-nação particular, no caso o Brasil, e o capitalismo enquanto modo de produção, como se se tratasse de uma relação de determinação direta e exaustiva de um geral sobre um particular desse geral. Antes, é preciso identificar a forma de integração específica desse particular ao sistema a que se vincula e que o determina, ou seja, quanto ao Brasil e à América Latina segundo a forma de integração capitalista heteronômica ou dependente. (idem, p. 12).

Na análise de Florestan Fernandes, a história não aparece como uma evolução natural de fatos: “[...] é falsa a ideia de que a *história se faz*, que ela se determina automaticamente. A história é feita coletivamente pelos homens e, sob o capitalismo, através de conflitos de classe de alcance local, regional, nacional e mundial” (Fernandes *apud* Cardoso, 2005, p. 18). Neste caso, segundo Cardoso (2005), a categoria de *capitalismo dependente* articula o sistema de classes, nacional e internacional, para compreender o funcionamento da condição de heteronomia e questionar essa condição, para poder chegar aos seus determinantes históricos: “[...] pois é a partir dessa inclusão que as burguesias locais são admitidas como partes importantes daquela articulação. [...], Florestan

identifica as burguesias locais como parceiras das burguesias hegemônicas – parceiras menores e subordinadas, mas parceiras” (CARDOSO, p.18).

Em resumo, Florestan Fernandes, ao elaborar o conceito de *capitalismo dependente*, não se baseia em uma relação sistêmica, por exemplo, a relação de centro e periferia, ou seja, não compreende que a dependência se trata de um mecanismo de relações entre partes diferentes de um mesmo sistema. Ele opera com a dependência dentro do sistema de produção capitalista indicando que a dependência é uma variante desse sistema, ou seja, introduz, em caráter permanente, a associação da dependência ao desenvolvimento do capitalismo na fase monopolista (idem):

[...] A condição colonial permanece, ao permanecer (ou, quem sabe, para permanecer) muda de forma a cada nova fase do desenvolvimento capitalista. Fala em colonialismo, imperialismo e capitalismo monopolista. O que toma para a análise é especialmente a heteronomia nessa última fase, definindo-a enquanto capitalismo dependente. [...]. Cada mudança de fase do capitalismo se fará acompanhar por uma forma de heteronomia, que seria própria da nova fase (idem, p. 17).

Então, através da categoria de *capitalismo dependente*, a questão da modernização é problematizada. Em uma análise sistêmica, a diferença no interior do sistema econômico mundial é atribuída ao progresso técnico, ou seja, as diferenças existem porque o progresso científico e tecnológico dos países do centro e da periferia é diferente. Contudo, como o progresso caminha para a mesma direção, as diferenças podem ser superadas em um momento histórico futuro. Nessa análise, a diferenciação interna do sistema econômico é atribuída, somente, ao progresso científico e tecnológico. A solução para superar essas diferenças é o *desenvolvimento* das regiões periféricas através da *industrialização* dessas regiões, ou seja, a análise tem como horizonte o limite de elaborar políticas estratégicas para alcançar o *desenvolvimento*. (idem).

Para Florestan Fernandes, a análise sistêmica, ao desconsiderar as determinações históricas do modo de produção capitalista estimula uma modernização através da expansão industrial: “[...] uma industrialização divorciada dos interesses nacionais das sociedades que o absorvem, as quais se tornam, em consequência, crescentemente subjugadas aos países cujas economias controlam o processo a partir de fora” (FERNANDES *apud* CARDOSO, 2005, p. 13).

A partir da contribuição de Fernandes (1975) e Cardoso (1978, 1996, 2005), podemos destacar que o processo de modernização da sociedade brasileira, entre os anos de 1930 e 1970, com ênfase nas décadas de 1950 e 1960², foi baseado na perspectiva de que a industrialização iria

² Ver CARDOSO, Miriam. *Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

estimular o desenvolvimento econômico e colocaria o país no caminho de alcançar o progresso em diversas áreas, incluindo o progresso científico e tecnológico, retirando-o do atraso. Essas questões trazem indícios que nos permitem relacionar a modernização do ensino superior brasileiro, entre as décadas de 1930 e 1970, à necessidade de industrialização do país.

Nesse período, a luta pela modernização e implantação da universidade no Brasil proporcionou várias mudanças de posição entre as frações da classe dominante (burguesia industrial e oligarquias) para tomar a direção desse processo, principalmente, no primeiro momento, entre 1930 e 1945. No momento em que a exigência da modernização do ensino superior ganha relevo com a participação dos estudantes exigindo a reforma universitária, no fim da década de 1940 e por toda a década de 1950, a luta pela direção do processo se intensifica. Mas, mesmo essa luta tendo se intensificado, os problemas estruturais, que a expansão do sistema de produção capitalista causou à sociedade brasileira, foram colocados em um plano secundário pela difusão da ideia de que a *industrialização* associada ao progresso da ciência e das técnicas resolveria esses problemas. Contribuíram para esse cenário o golpe militar de 1964, a legislação sobre o ensino superior produzida depois do golpe e a crença de que o progresso científico ajudaria a construir uma sociedade igualitária.

Segundo o Parecer nº 977/65, a pesquisa é função primordial dos programas de mestrado e doutorado, e possui uma relação estreita com o progresso da ciência. Nesse sentido, recorreremos à contribuição de Elizabeth Macedo e Clarilza Sousa (2010), quando elas afirmam que: “em áreas como a educação, praticamente, toda pesquisa é desenvolvida nos programas de pós-graduação ou por sujeitos formados para a pesquisa nesses programas” (p. 166). Essa tendência atual da pós-graduação *stricto-sensu* em educação mencionada por Macedo e Sousa (2010) começou a ser desenhada a partir de meados da década de 1960, quando,

As recomendações dos pareceres n. 977/65 e n. 77/69, embora não obrigatórias, foram seguidas à risca pelos cursos, na medida em que era a partir delas que seu funcionamento era autorizado, condição fundamental para a validação dos certificados e para pleitear financiamento junto aos órgãos estatais. (idem, p. 170).

Neste caso, destacamos que as recomendações definidas por lei, para o processo de modernização do ensino superior brasileiro, segundo Macedo e Sousa (2010) foram cumpridas à risca na área da educação. A meu ver, o cumprimento dessas recomendações dialogou com a difusão do que Cardoso (1978) denominou de *ideologia do desenvolvimento*. Para exemplificar a difusão dessa ideologia nas políticas destinadas à pós-graduação *stricto-sensu* recorreremos aos objetivos previstos nos Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs).

O objetivo geral estabelecido no I Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG, 1975-1979), plano que pretendeu organizar a aplicação das normas contidas nos Pareceres nº 977/65 e nº 77/69, foi o de “formar, em volume e diversificação, pesquisadores, docentes e profissionais e encaminhar e executar projetos de pesquisa, assessorando o sistema produtivo e o setor público” (BRASIL, 2005, p. 12). Esse objetivo geral da pós-graduação brasileira, a meu ver, está orientado pelo tema do desenvolvimento. Através da execução do I PNPG (1975-1979), a pós-graduação cumpriria o papel de formar profissionais para o sistema produtivo e o setor público, sendo responsável, também, pelo desenvolvimento do processo de industrialização do país e pelo desenvolvimento do aparelho de Estado.

Neste contexto, desde o I PNPG (1975-1979), as ações previstas buscaram superar a expansão espontânea dos cursos de mestrado e doutorado: “a expansão deveria tornar-se objeto de planejamento estatal, considerando a pós-graduação como subsistema do sistema universitário e este, por sua vez, do sistema educacional. Deveria então estar integrada às políticas de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 2005, p. 12).

No II PNPG (1982-1985), o objetivo central, tal como o objetivo definido no I PNPG (1975-1979), continuou sendo a formação de recursos humanos. Todavia, esse objetivo foi associado à qualidade do ensino superior, com ênfase na pós-graduação. Para isso, o II PNPG destacou a necessidade de melhorar a avaliação da pós-graduação, que existia desde 1976 (idem).

O III PNPG (1986-1989) possuía o objetivo de proporcionar um desenvolvimento científico que impulsionasse o processo de independência econômica, científica e tecnológica do país:

Elaborado no mesmo período do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, expressa uma tendência vigente àquela época, a conquista da autonomia nacional [...]. No que se refere à pós-graduação, essa idéia se expressa na afirmação de que não há um quantitativo de cientistas suficiente para se atingir plena capacitação científica e tecnológica, tornando-se importante um progresso da formação de recursos humanos de alto nível, considerando que a sociedade e o governo pretendem a independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil, no próximo século (BRASIL, 2005, p. 13).

Para alcançar esse objetivo, o plano previu o desenvolvimento de pesquisas pelas universidades e a integração entre a pós-graduação e o sistema de ciência e tecnologia (idem).

Como o IV PNPG não teve a sua elaboração concluída, se passaram quinze anos até que um novo plano fosse concluído. O V PNPG (2005-2010) entrou em vigor com o objetivo de garantir o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação; a formação de docentes para todos os níveis de ensino e a formação de profissionais para o mercado não-acadêmico.

Em resumo, sobre a modernização do ensino superior brasileiro entre as décadas de 1930 e 1970, a característica marcante é o fato de que a universidade brasileira, para se modernizar, precisou se organizar através da diversificação ou variação vertical de níveis, com a separação entre os cursos de graduação e os de pós-graduação *stricto-sensu*, os primeiros dedicados ao ensino e os segundos dedicados à pesquisa.

Considerações finais

Depois de apresentarmos aspectos da modernização do ensino superior brasileiro entre as décadas de 1930 e 1970, entendemos que os sentidos atribuídos à ciência no processo de modernização do ensino superior brasileiro foram definidos em uma perspectiva científica que associa o progresso da sociedade em geral ao progresso científico.

Nesse sentido, a perspectiva científica que fundamenta o Parecer nº 977/65, a Lei nº 5.540/68, o Parecer nº 77/69 e os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs), instrumentos legais que regulamentaram a modernização do ensino superior na década de 1970, é uma perspectiva de ciência que, em grande parte, subordina o desenvolvimento científico ao seguimento de um ritual estabelecido através de regras fixas, neste caso, o desenvolvimento científico mantém relação, apenas, com o movimento de construção interna da própria ciência.

No entanto, baseado em Cardoso (1996), entendemos que o desenvolvimento da ciência mantém vínculos com o processo de institucionalização da pesquisa, vínculos com as condições histórico-sociais, elas são responsáveis pelos avanços que o conhecimento científico consegue obter. E, assim, conforme Cardoso (1978) e Fernandes (1975) afirmamos que a *ideologia do desenvolvimento* difundida em uma região na qual o modo de produção capitalista configurou como dependente contribuiu para o processo de *naturalização* da ciência.

Referências

CARDOSO, Miriam. *A ideologia do desenvolvimento* – Brasil: JK – JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed, 1978.

_____. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. São Paulo: *Estudos Avançados*, v.10, n. 26, p.1-26, 1996.

_____. O mito do método. Rio de Janeiro: *Boletim Carioca de Geografia*, 1976.

_____. Sobre a teorização do Capitalismo Dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar. *Democracia e Educação em Florestan Fernandes*. São Paulo: Autores Associados, 2005.

_____. Sobre as relações sociais capitalistas. In: LIMA, Júlio; NEVES, Lúcia. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/EPSJV, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*. Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classe e subdesenvolvimento*. 4ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo, Alfa-ômega, 1975.

MACEDO, Elizabeth; SOUSA, Clarilza. A pesquisa em educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 43, p. 166-176, 2010.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.